

# Samey se irrita com críticas de Aparecido

Presidente vai convocar o governador e exigir que "assuma de fato" o Governo do DF

DILZE TEIXEIRA  
Da Editoria de Política

O presidente José Sarney ficou profundamente irritado com as críticas do governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Uma das primeiras providências do Presidente, ontem, foi fazer chegar ao ministro sua desaprovação em relação a que considerou atitude "desrespeitosa" e "descabida" do governador de Brasília, revelou um assessor direto de Sarney que despachou com ele no Palácio da Alvorada.

Segundo esta fonte, o Presidente vai convocar José Aparecido, ainda esta semana, para recomendar-lhe que "assuma de fato o Governo, pelo qual ainda é o responsável, e cuide do problema das greves no Distrito Federal, que se arrastam sem solução, ameaçando inclusive

— no caso da Companhia de Eletricidade de Brasília, CEB — a cidade de black-out. A indiferença do governador em relação aos problemas da cidade desde sua indicação para o Ministério da Cultura vem sendo criticada no Palácio do Planalto, principalmente por Sarney, acrescentou o mesmo assessor.

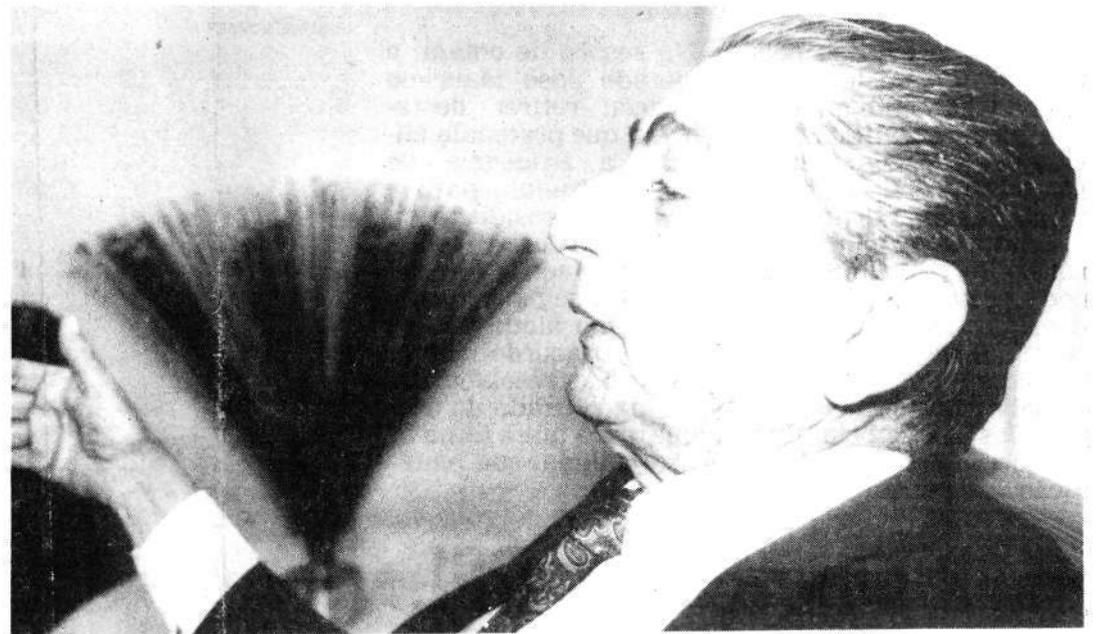
## CRÍTICAS

Um ministro próximo ao Presidente ouviu suas queixas em relação aos termos da crítica de José Aparecido, veiculadas na Coluna do Castelo, na qual além de discordar dos cortes no orçamento do Distrito Federal em consequência da Operação Desmonte, que reduziu em 30 por cento as suas receitas, agride o ministro João Batista de Abreu, quando diz: "Este rapaz está pensando que é Salazar".

A este ministro, Sarney além de condenar os termos agressivos

utilizados pelo governador, desaprovou suas queixas e até ironizou: "Por que o Zé Aparecido não aplicou os milhões que gastou com a construção de monumentos desnecessários, diante da crise econômica que o País atravessa, ou em obras supérfluas como as ciclovias, em obras prioritárias como a recuperação do Hospital de Base?".

Durante a conversa, Sarney considerou "natural" que alguns ministros se mostrem insatisfeitos em relação aos cortes drásticos efetuados em suas pastas. "Isto era esperado e até tolerável, o que não admito é tentar desrespeitar uma decisão de Governo ou os ministros da área econômica — Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu — que têm carta branca para executar todos os cortes que se fizerem necessários para redução do déficit público", reproduziu o mesmo ministro.



Alexandre Costa tem audiência hoje com Sarney e Planalto aposta no fim do impasse

## Alexandre vai ao Planalto hoje

A novela da indicação do senador Alexandre Costa para o Governo do Distrito Federal pode ter um desfecho hoje. O presidente José Sarney deve conversar com o constituinte. O porta-voz da Presidência da República, jornalista Carlos Henrique Almeida Santos, disse que o quadro é de otimismo, por que os líderes dos partidos na Constituinte podem chegar a um acordo a respeito do dispositivo que cassa o mandato do parlamentar que assume cargo eletivo.

O presidente Sarney e Alexandre Costa já tiveram uma conversa preliminar, por telefone, na noite de terça-feira, depois que o Senado confirmou a indicação por 35 votos contra 11. Mas marcaram um encontro para hoje embora não esteja marcado na agenda oficial. Carlos Henrique não informou o horário da audiência.

O senador Alexandre Costa foi indicado no dia 8 deste mês, depois que o governador José Aparecido de Oliveira foi convidado para assumir o Ministério da Cultura, na vaga deixada pelo então ministro Celso Furtado, que pediu demissão por discordar do pronunciamento feito

por Sarney numa cadeia nacional de rádio e televisão. Sarney deseja uma solução rápida, porque quer completar a sua equipe ministerial, já que Aparecido só pode tomar posse depois de exonerado do GDF.

O senador Itamar Franco (MG-Sem partido), que esteve ontem com Alexandre Costa, ressaltou que não há impedimento e como a futura Constituição nada determina a respeito, nenhum risco corre de perder o mandato. Essa também é a opinião do senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE) e do próprio líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, que é também jurista e professor de Direito.

## ADMINISTRAÇÃO

Na manhã de ontem o senador Alexandre Costa recebeu, para uma longa conversa, o secretário de Serviços Públicos Wadjô Gomide, por quem tem grande admiração. O deputado in-formações são de que Wadjô será mantido. O deputado Jofran Frejat (PFL-DF) continua a ser o nome mais forte para a Secretaria de Saúde, mas já se falava ontem, informalmente em

outras possibilidades. A mais comentada era o diretor do Hospital da L-2 Sul, Luiz Torquato de Figueiredo, que chegou a ser convidado pelo governador Aparecido para presidente da Fundação Hospitalar.

Alexandre Costa esteve na manhã de ontem na Ceilândia, acompanhado apenas pelo seu motorista. Ele não saltou do carro, limitando-se a uma verificação geral das condições da cidade. Hoje deverá fazer a mesma inspeção em outra satélite.

Em conversa informal com alguns senadores em seu gabinete, o futuro governador de Brasília destacou como um exemplo de administrador o prefeito Jânio Quadros, de São Paulo. Ele acha que é indiscutível o trabalho que Jânio vem realizando e poderá, inclusive, adotar algumas de suas providências. Em relação à consulta ao povo para escolha dos administradores das satélites, Alexandre limitou-se a confirmá-la, frisando que ainda não decidiu como a fará. Reafirmou, também, que deseja administrar nas ruas, verificando pessoalmente as dificuldades e não burocratas.

## Administradores apóiam consulta

Repercutiu bem entre os administradores regionais de cidades-satélites a proposta de realização de plebiscito junto à população, para a escolha de novos administradores, formulada pelo senador Alexandre Costa (PFL-MA). Todos são unânimes em afirmar que a tese vem sendo defendida há muito tempo por segmentos representativos da comunidade.

Atualmente, as oito administrações regionais têm à frente políticos do PFL e do PMDB, partidos que compunham a extinta Aliança Democrática. O PMDB controla Taguatinga, Brazlândia, Guará, Núcleo Bandeirante e Planaltina. O

PFL detém o comando de Sobradinho, Ceilândia e Gama.

O administrador do Gama, Cícero Miranda, diz que é favorável à proposta de Alexandre Costa, porque entende que a comunidade deve ter participação no processo de escolha, "independente do fato de as satélites tornarem-se municípios ou permanecerem como regiões administrativas.

"Alexandre Costa está entrando com o pé direito no GDF", resumiu o administrador do Guará, Divino Alves dos Santos. Para ele, o plebiscito será "a redenção das cidades-satélites".

O administrador do Núcleo Bandeirante, Paulo Gontijo,

disse que a consulta que o senador Alexandre Costa pretende fazer vai atingir de maneira benéfica os interesses da comunidade, "porque permitirá a manifestação popular". Entende, porém, que a medida pode impedir a conclusão de obras em andamento, uma vez que os sucessores não teriam tempo suficiente para realizar um trabalho, pois ficarão praticamente 18 meses no cargo.

Também o senador Maurício Corrêa (PDT-DF) aprovou a idéia, mas propõe que Alexandre amplie o plebiscito para que a população do Distrito Federal se manifeste sobre a sua indicação para o GDF.

## Constituinte mantém restrição

O senador ou o deputado que assumir o Governo do Distrito Federal perderá seu mandato. Este princípio ficou garantido pelo plenário da Constituinte na sessão de ontem, com a aprovação do dispositivo que condiciona a manutenção do mandato parlamentar à investidura nos cargos de ministro de Estado, governador de território; secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária. Diante desta decisão, a solução para o caso do senador Alexandre Costa assumir o GDF depende das negociações das lideranças partidárias sobre emenda às Disposições Transitórias.

Não perderá o mandato o parlamentar que se ausentar por até 120 dias por motivo de doença ou por licença, sem remuneração, para tratar de interesse particular. Acima deste prazo, a vaga será assumida pelo respectivo suplente. Se a vacância ocorrer por investidura em alguns dos cargos possíveis, o deputado ou o senador poderá optar pela remuneração do mandato.

O dispositivo que estabelece os cargos foi aprovado em uma reunião de emendas que decidiu várias matérias que vinham sendo adiadas de sessões anteriores. Após a aprovação, as restrições à perda do mandato ainda foram debatidas através

da apresentação de emendas ao texto. O deputado Gerson Peres (PDS/PA) pretendia que ao assumir qualquer prefeitura, e não só a de capitais, o deputado ou o senador mantivesse seu mandato. A proposta foi rejeitada por 307 votos contra 79 e seis abstenções.

Em seguida, por emenda apresentada pelo deputado Alberico Filho (PMDB/MA) foi adicionada a expressão "temporária" para especificar a missão diplomática que vier a ser assumida por um parlamentar. Classificada como emenda de correção de linguagem, a proposta foi aprovada por 345 votos contra 27 e oito abstenções.

## Recurso provoca divergências

AFONSO COZZOLINO  
Da Editoria de Política

Se o senador Alexandre Costa assumir o GDF e não houver acordo entre as lideranças na Constituinte para garantir o seu mandato parlamentar após o término do Governo, cabe algum recurso para casar o mandato de Costa?

A pergunta, aparentemente simples, foi respondida de maneira diferente por deputados e senadores.

### SEM RISCO

Se depender do deputado Nelson Jobim, líder do PMDB na Constituinte, não existe a possibilidade de qualquer recurso, pois a indicação de Costa não é incompatível com o texto já aprovado pela Assembleia. "Haveria incompatibilidade para um governador eleito, ou seja, se um parlamentar fosse eleito governador do Distrito Federal, perderia automaticamente o seu mandato no Congresso. Como Costa foi indicado, é claro que

não corre esse risco", argumentou.

Não é o que pensa o deputado Geraldo Campos (PSDB/DF), para quem o mandato do senador se extinguirá tão logo a nova Carta seja promulgada, caso ele esteja efetivamente à frente do Governo do Distrito Federal. "A partir do momento em que assumir, ele perde o mandato, sem qualquer necessidade de recursos. Ele não cumpriu a lei e o Senado o poderia recebê-lo de volta, pois sua vaga já estaria ocupada pelo suplente, então efetivado para o resto do mandato", defendeu.

### RECURSOS

O senador Ronan Tito, líder do PMDB no Senado, discorda de Campos e tem avaliação diferente da de Jobim. Para Tito, até caberiam recursos contra a continuidade do mandato de Costa, mas ele estaria protegido por outro dispositivo já aprovado na nova Carta, o que

trata do direito adquirido. Antes de violar a proibição de concluir seu mandato, o novo governador, na opinião do líder do PMDB, estaria garantido por aquele dispositivo, que permitiria a conclusão do mandato.

O senador José Fogaça, (PMDB-RS) contudo, diz que caberia a qualquer cidadão o direito de contestar, junto ao Supremo Tribunal Federal, a validade do mandato de Alexandre Costa no Senado. "A partir do momento em que ele tomar posse cabe a ação. Isto não quer dizer que eu defenda uma ação desse tipo", frisou ele, afirmando, em seguida, que em Direito Constitucional "não existe direito adquirido". O que é grave, na opinião de Fogaça, não é o fato de Costa perder ou não perder o mandato, mas sim a certeza de que toda a sua administração será permeada por essa ameaça. De acordo com o senador gaúcho isso prejudicará a ação do Governo.